REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na Apresentação de Resultados do «Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças Armadas - 2021»

IDN, Lisboa, 7 de julho de 2021.

Não se pode governar bem sem conhecer claramente a realidade, e não se pode governar bem numa democracia sem conhecer o que pensam e o que esperam as nossas concidadãs e os nossos concidadãos das diferentes políticas públicas.

É por isso indispensável o trabalho que está aqui hoje a ser publicamente apresentado. Trata-se de um inquérito a uma amostra muito ampla e representativa do conjunto da população portuguesa, no território continental e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, sobre a Defesa e as Forças Armadas. Um estudo que será agora disponibilizado *online* para podermos ficar a conhecer melhor o que pensam e o que esperam os portugueses e as portuguesas da sua Defesa.

Queria começar, portanto, por agradecer na pessoa dos seus representantes, às instituições que promoveram e levaram a cabo

este estudo de elevada qualidade e de grande interesse público. Ao Instituto da Defesa Nacional e à Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional. E ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ao Instituto Português de Relações Internacional da Universidade Nova de Lisboa.

Este estudo é também um exemplo de uma política de parcerias e colaboração frequente entre as entidades do universo da Defesa e os centros de produção de conhecimento nas nossas Universidades. A Defesa tem áreas necessariamente reservadas. Mas muito ganhamos em ter ao nosso dispor estudos independentes, de qualidade, que permitam conhecer melhor a realidade complexa da Defesa. Quero, portanto, saudar esta parceria.

Sabemos que, apesar de muito útil, este instrumento dos inquéritos de opinião não é usado com regularidade, em Portugal, para além do universo dos comportamentos políticos e especificamente eleitorais. Para o demonstrar, basta pensar que o último inquérito deste tipo, feito no nosso país, data de 2009. Esse inquérito de 2009, é justo destacá-lo, da iniciativa da Professora Helena Carreiras, atual diretora do IDN, deu um contributo significativo para as políticas públicas na esfera da Defesa. Há todo o interesse em desenvolver com maior regularidade estudos desta natureza, por forma a alicerçar devidamente as políticas públicas.

Há muitos aspetos relevantes deste inquérito. Apesar de os seus autores, com o devido rigor, chamarem a atenção para algumas limitações, fruto da pandemia de Covid-19, que impediu entrevistas presenciais, este estudo permite-nos identificar

importantes mudanças e continuidades na dúzia de anos que nos separa de um inquérito semelhante em 2009.

Vou destacar apenas alguns dos dados deste estudo que me parecem especialmente relevantes politicamente. Começarei pelos aspetos mais positivos, antes de me referir a algumas das preocupações manifestadas pelos inquiridos.

Um primeiro aspeto fundamental é que os Portugueses consideram que vivemos num mundo que ainda está longe de estar pacificado e livre de riscos. Mais, 69% dos interrogados consideram que o mundo será mais perigoso daqui a dez anos. Temo que tenham razão. Este dado em si mesmo não é positivo, mas é fundamental partirmos de uma avaliação realista do mundo. E é positivo que, talvez por isso, os portugueses claramente apoiem um aspeto central da nossa política de defesa

e da nossa política externa: a aposta em alianças fortes. Assim, quase 93,3% valorizam a nossa pertença à Aliança Atlântica, e destes, 72% consideram-na mesmo muito importante. E 83% valorizam o papel global da UE, de que a defesa europeia é uma componente indispensável.

Portugal pode, e na minha opinião deve, soberanamente, considerar que nos defendemos melhor em conjunto. Podemos e devemos procurar ativamente ajudar a moldar a agenda destas duas instituições, como estamos a fazer com a missão da UE em Moçambique.

Um segundo aspeto fundamental é que os Portugueses reconhecem nas suas Forças Armadas um seguro contra todos os riscos. Na perceção de ameaças dos portugueses destacam-se: o temor de uma grave crise económica, de uma nova pandemia, da

desinformação e dos ciberataques, mas também das alterações climáticas e dos ataques terroristas.

É razoável pensar que, pelo menos em parte, estas perceções serão condicionadas pelo contexto atual, dominada pelas várias dimensões da crise provocada pela pandemia de Covid-19. Mas também é verdade que as portuguesas e os portugueses parecem perceber bem algo que os especialistas em segurança internacional reconhecem e sublinham: as grandes guerras convencionais diretamente entre Estados tornaram-se – até pela força de dissuasão da Aliança Atlântica – uma realidade muito rara, menos provável. O que proliferam são ameaças e riscos de tipo não convencional, irregular e muitas vezes inesperados.

Uma boa notícia é que a maioria dos inquiridos consideram que as Forças Armadas servem para muito mais do que fazer a guerra

no sentido convencional do termo. De facto, embora naturalmente a primeira missão, e aquela que merece mais apoio neste estudo, seja a defesa do território nacional, logo a seguir vêm missões de resposta a emergências, de ajuda humanitária no exterior, ou genericamente de apoio à população civil. Também as operações de paz no exterior merecem um apoio fortemente maioritário.

O estudo demonstra que há "uma ampla concordância com todas as missões" que as Forças Armadas atualmente desempenham, com números sempre próximos ou superiores a 90%. Embora não surpreenda, é sempre bom termos esta confirmação quanto ao consenso muitíssimo amplo relativamente às missões que têm sido cometidas às Forças Armadas.

Um terceiro ponto que quero sublinhar é que há um amplo apoio à integração das mulheres nas Forças Armadas. Efetivamente 56% consideram que esta integração tem corrido bem e 33,8% parcialmente bem. Este é efetivamente um tema cada vez mais consensual. A maioria dos portugueses, homens e mulheres, percebem que as Forças Armadas não podem desperdiçar metade do potencial de talento que existe no nosso país.

Um quarto aspeto a sublinhar é que há uma avaliação positiva quanto ao atual modelo de serviço militar voluntário, com a obrigatoriedade de um contacto de todos os nossos jovens com as suas Forças Armadas aos 18 anos no chamado Dia da Defesa Nacional. Aqui quero destacar que, contrariando alguns preconceitos, a nossa juventude destaca-se por ser precisamente o grupo mais disponível para defender o seu país. É também neste grupo etário que há uma mais expressiva maioria (72%) que apoia

a obrigatoriedade do Dia da Defesa Nacional. Parece ser contraiA este respeito queria dizer que estamos a trabalhar para corresponder a esse interesse, tornando o Dia da Defesa Nacional ainda mais atrativo e parte de um processo mais amplo de interação frequente entre o nosso sistema de ensino e as Forças Armadas, em que, aliás, o IDN tem tido um papel muito ativo. Infelizmente, esses esforços foram prejudicados pela crise sanitária provocada pela COVID-19, mas estou certo de que em breve serão retomados.

Esta inquérito também dá nota de algumas preocupações. Destacaria duas.

Em primeiro lugar há, uma clara preocupação com a nossa capacidade de resposta ao nível da ciberdefesa. Esta é, aliás, uma prioridade e uma preocupação por toda a Europa como pudemos

verificar durante a nossa presidência do Conselho da EU, em que foi anunciada a criação de uma Unidade Conjunta de Ciberdefesa que irá coordenar e suplementar os esforços nacionais neste campo. Esta tem sido uma das prioridades da minha ação, com o EMGFA, onde esta dimensão da ciberdefesa está sedeada, trabalhando em articulação com os Ramos e com as restantes entidades nacionais e internacionais com responsabilidade na segurança do ciberespaço. Na recente reforma da estrutura superior das Forças Armadas esta foi uma das dimensões contempladas. Em Portugal, como no resto da Europa, temos de continuar a reforçar as nossas capacidades neste tabuleiro vital da geoestratégia dos nossos tempos. Do nosso lado, continuaremos a reforçar os meios dedicados à ciberdefesa.

Há uma segunda preocupação mais ampla com os meios e os efetivos do conjunto das Forças Armadas – 66,9% gostariam de

ver mais despesa em defesa, e 44,9% gostariam de mais efetivos. Queria deixar claro que também aqui temos trabalhado e continuaremos a trabalhar para dar resposta a estas preocupações.

E a realidade é que estamos a investir muito significativamente na Defesa. Desde 2014, e de acordo com a última avaliação da NATO, verificou-se um reforço de 25,5% da despesa em Defesa em Portugal. A Lei de Programação Militar, aprovada em 2019, representa o maior esforço de investimento em meios das Forças Armadas da nossa história recente, num montante de 4,7 mil milhões de euros.

Claro que este investimento não terá um efeito imediato. Os investimentos em defesa demoram sempre tempo, em Portugal como em qualquer lado. Mas, queremos, tanto quanto possível, e

em linha com uma outra preocupação expressa neste inquérito**,** que este investimento se reflita, pelo menos em parte, na indústria de defesa portuguesa, contribuindo para a renovação tecnológica e internacionalização da nossa economia, e para a recuperação económica do nosso país.

Para além de estarmos num caminho de reforço do investimento na Defesa, temos também expetativas positivas quanto a um bom retorno do novo Fundo Europeu de Defesa, de 7,9 mil milhões de euros, regulamentado durante a nossa presidência. E convém recordar que muitos dos investimentos destinam-se a equipamentos de duplo uso, como os meios que recentemente foram entregues à Força Aérea para o combate aos incêndios, mas que podem ter outras utilizações.

Quanto ao volume de efetivos, este é um desafio que partilhamos com o resto da Europa. As Forças Armadas muito profissionais que temos hoje têm de recrutar e reter efetivos de qualidade. Isto é uma competição difícil com o setor privado, sobretudo pelos elementos mais qualificados – desde pilotos a especialistas em ciberdefesa e muitos outros. Mas há indicadores positivos.

Apesar de tudo, as portuguesas e os portugueses valorizam a carreira militar, nomeadamente a segurança no emprego e a boa formação que dá. Tanto assim é, que mais de metade dos inquiridos a recomendaria. Temos, portanto, margem para continuar a melhorar no recrutamento e retenção, e estamos a fazê-lo através do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar. Um dos aspetos centrais deste plano é a acreditação da formação que é dada nas Forças Armadas, para que tenha depois utilidade no regresso ao mundo civil. As Forças

Armadas não podem ser pensadas como se fossem entidades completamente separadas e estanques em relação à sociedade civil da qual emanam. De qualquer dos modos, os números mais recentes quanto ao recrutamento e retenção de efetivos são muito positivos.

Para terminar, uma nota muito que só pode merecer grande satisfação. Apesar das preocupações que acabei de referir, a avaliação que os inquiridos fazem das suas Forças Armadas é globalmente muito positiva. Assim 82% consideram-nas muito eficazes, e 77% consideram que prestigiam o nosso país. Uma maioria esmagadora considera-as necessárias – 69,7% dos inquiridos – e 73,4% depositam nelas a sua confiança.

A Defesa Nacional, as Forças Armadas estão cientes da enorme responsabilidade que este nível de confiança das portuguesas e

dos portugueses representa, e não deixarão de continuar a corresponder-lhe com toda a sua dedicação e empenhamento, como o fizeram, mais uma vez, no apoio ao combate à Covid-19.

Mais uma vez muito obrigado a todas e todos os envolvidos neste estudo pelo vosso valioso contributo, e muito obrigado pela vossa atenção.